



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
31 DE MARÇO DE 2022

Usina Cerradão S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas
e individuais em 31 de março de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais	4
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Aos Administradores e Acionistas da

Usina Cerradão S.A.

Frutal – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Usina Cerradão S.A. ("Companhia"), identificadas como consolidado e controladora, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada e individuais, da Usina Cerradão S.A. em 31 de março de 2022, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados e individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo biológico

Veja as Notas explicativas nº 7.k e 13 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas mensuram o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas. O modelo de avaliação do valor justo da Companhia e suas controladas consideram o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa incluem premissas significativas tais como a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR) bem como a quantidade, a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectares) e taxa de desconto. Devido às incertezas e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chaves relevantes da Companhia e suas controladas relacionados ao processo de determinação do valor justo do ativo biológico; – Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo do ativo biológico, mediante comparação das informações disponíveis com dados observáveis de mercado, e quando aplicável, com dados históricos; e – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais consideram as informações relevantes relacionadas ao valor justo do ativo biológico. Com base nos resultados obtidos a partir dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja as Notas explicativas nº 7.f e 25 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Esses prejuízos fiscais e base negativa devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados. A Companhia e suas controladas usam certas premissas como volume e preços para projetar a receita, taxa de inflação esperada, taxa de desconto, o lucro antes dos impostos (EBT) e outras informações definidas no estudo da Companhia e suas controladas para determinar os lucros tributáveis futuros. Consideramos este assunto como um principal assunto de auditoria devido à relevância do imposto de renda diferido ativo e às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o lucro tributável futuro, que possui um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.	Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e a estimativa do lucro tributável futuro disponibilizadas pela Companhia e suas controladas; – Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e a base negativa possam ser utilizados; – Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais, incluindo as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia e suas controladas para sua utilização; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor dos ativos fiscais diferidos assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2022.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 03 de julho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Priscila Moscardini Soares Diniz
Contadora CRC 1SP289386/O-0

Usina Cerradão S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	241.026	268.590	213.322	258.792	Fornecedores	19	187.463	128.534	162.888	101.653
Contas a receber de clientes	10	33.605	20.510	11.732	7.032	Empréstimos e financiamentos	20	190.551	103.954	170.570	90.348
Contas correntes - Cooperativa	11	25.365	12.519	25.365	12.519	Arrendamentos a pagar	17	2.298	24.368	2.298	24.368
Estoques	12	193.043	115.294	150.094	74.235	Salários e encargos sociais	21	12.616	10.297	10.503	8.445
Ativo biológico	13	90.469	54.092	-	-	Tributos a recolher		1.225	2.611	607	973
Adiantamentos a fornecedores	14	178.098	83.582	295.525	230.335	Adiantamentos de clientes		2.236	807	-	-
Tributos a recuperar	15	37.057	14.842	36.437	14.195	Instrumentos financeiros derivativos	30	49.820	19.872	49.820	19.872
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.a	30.750	26.832	30.562	26.832	Imposto de renda e contribuição social a pagar	25.b	260	-	-	-
Outros créditos		7.211	1.540	7.180	1.336	Dividendos a pagar	24	26.162	-	26.162	-
Total do ativo circulante		836.624	597.801	770.217	625.276	Total do passivo circulante		472.631	290.443	422.848	245.659
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	10	2.000	2.000	-	-	Fornecedores	19	12.720	13.932	12.720	13.932
Adiantamentos a fornecedores	14	44.240	36.064	44.240	36.064	Empréstimos e financiamentos	20	738.762	490.296	666.467	461.188
Tributos a recuperar	15	25.749	24.203	22.476	21.900	Arrendamentos a pagar	17	2.742	104.741	2.742	104.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	25.c	48.445	26.893	61.782	28.281	Provisões para demandas judiciais	22	1.072	2.447	1.016	1.016
Depósitos judiciais	22	3.071	3.093	3.064	3.086	Instrumentos financeiros derivativos	30	41.335	46.684	41.335	46.684
Total do realizável a longo prazo		123.505	92.253	131.562	89.331	Total do passivo não circulante		796.631	658.100	724.280	627.561
Outros investimentos		1.443	349	1.381	288	Patrimônio líquido	24				
Investimentos	16	58.025	40.438	293.785	133.196	Capital social		123.385	123.385	123.385	123.385
Direito de uso	17	3.991	128.498	3.991	128.498	Reserva legal		5.508	-	5.508	-
Imobilizado	18	834.399	600.493	532.843	407.812	Reserva de subvenção		116.480	90.903	116.480	90.903
Intangível		3.617	2.102	3.617	2.102	Ajuste de avaliação patrimonial		(60.162)	(43.578)	(60.162)	(43.578)
Total do ativo não circulante		1.024.980	864.133	967.179	761.227	Dividendos adicionais propostos		78.484	78.484	78.484	
						Reserva de lucros		326.573	342.573	326.573	342.573
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		590.268	513.283	590.268	513.283
						Participações de não controladores		2.074	108	-	-
						Patrimônio líquido		592.342	513.391	590.268	513.283
						Total do passivo		1.269.262	948.543	1.147.128	873.220
Total do ativo		1.861.604	1.461.934	1.737.396	1.386.503	Total do passivo e patrimônio líquido		1.861.604	1.461.934	1.737.396	1.386.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Cerradão S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	26	826.192	761.509	669.755	643.666
Custo dos produtos vendidos	27.a	(625.030)	(549.423)	(633.586)	(541.721)
Variação de valor justo de ativo biológico	13	35.143	(1.200)	-	-
Lucro bruto		236.305	210.886	36.169	101.945
Despesas comerciais	27.b	(20.187)	(27.847)	(20.187)	(27.847)
Despesas gerais e administrativas	27.b	(62.114)	(51.805)	(56.835)	(50.184)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	12.668	(7.912)	11.604	15.155
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		166.672	123.322	(29.249)	39.069
Participação nos lucros de empresa investida por equivalência patrimonial	16	24.856	9.314	195.865	89.396
Receitas financeiras	29	9.221	1.105	8.750	944
Despesas financeiras	29	(72.962)	(22.490)	(65.095)	(20.736)
Resultado financeiro	29	(63.741)	(21.385)	(56.345)	(19.792)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		127.787	111.251	110.271	108.673
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	25.c	(3.493)	(13.178)	-	(9.114)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.c	13.511	2.908	25.460	1.327
Resultado do exercício		137.805	100.981	135.731	100.886
Atribuível aos controladores		135.731	100.886	-	-
Atribuível à participação de não controladores		2.074	95	-	-
Resultado do exercício		137.805	100.981	135.731	100.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Cerradão S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício	137.805	100.981	135.731	100.886
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo, líquido de impostos	(16.584)	(43.578)	(16.584)	(43.578)
Ajustes avaliação patrimonial reflexa - coligada	-	(87)	-	(87)
Resultado abrangente total	121.221	57.316	119.147	57.221
Atribuível aos controladores	119.147	57.221	-	-
Atribuível à participação de não controladores	2.074	95	-	-
Resultado abrangente total	121.221	57.316	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Cerradão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reservas						Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
	Capital social	AFAC	Reserva legal	Reserva de subvenção	Reserva de lucros	Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de Março de 2020	117.636	5.749	-	75.810	286.241	87	-	-	485.523	13	485.536
Variação do Adiantamento para futuro aumento de capital	5.749	(5.749)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes avaliação patrimonial - coligada	-	-	-	-	87	(87)	-	-	-	-	-
Perdas <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(43.578)	-	-	(43.578)	-	(43.578)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	100.886	100.886	95	100.981
Dividendos pagos	-	-	-	-	(29.548)	-	-	-	(29.548)	-	(29.548)
Constituição de reserva de subvenção	-	-	-	15.093	-	-	-	(15.093)	-	-	-
Reserva de lucros a destinar	-	-	-	-	85.793	-	-	(85.793)	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2021	123.385	-	-	90.903	342.573	(43.578)	-	-	513.283	108	513.391
Ajustes avaliação patrimonial - coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(16.584)	-	-	(16.584)	-	(16.584)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	135.731	135.731	1.966	137.697
Dividendos pagos	-	-	-	-	(16.000)	-	-	-	(16.000)	-	(16.000)
Constituição de reserva de subvenção	-	-	-	25.577	-	-	-	(25.577)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	5.508	-	-	-	-	(5.508)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	-	-	(26.162)	(26.162)	-	(26.162)
Reserva de lucros a destinar	24	-	-	-	-	-	78.484	(78.484)	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2022	123.385	-	5.508	116.480	326.573	(60.162)	78.484	-	590.268	2.074	592.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina Cerradão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora		
	Nota	2022	2021	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado do exercício		137.805	100.981	135.731	100.886	
Ajustes de:						
Depreciação	18	72.324	28.212	21.851	17.997	
Amortização de ativos biológicos	13	50.564	-	-	-	
Amortização direito de uso	17	2.281	6.629	2.281	6.629	
Variação do valor justo	13	(35.143)	1.200	-	-	
Resultado com venda/baixa de ativo imobilizado	18	9.587	24.004	8.245	22.245	
Constituição(reversão) de provisão para demandas judiciais	23	(1.375)	(1.672)	-	(3.103)	
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	10	-	294	-	-	
Constituição(reversão) de provisão para perdas com estoques	12	-	957	-	957	
Resultado de equivalência patrimonial	16	(24.856)	(9.314)	(195.865)	(89.396)	
Juros, variação monetária, sobre empréstimos e financiamentos	20	68.693	18.106	61.997	16.984	
Juros sobre arrendamentos a pagar	17	252	1.370	252	1.370	
Juros sobre instrumentos financeiros derivativos		-	531	-	-	
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	3.493	(13.178)	-	(2.095)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	(13.511)	(2.908)	(25.460)	(1.327)	
Variação no capital circulante						
Contas a receber de clientes		(13.095)	(30.669)	(4.700)	(888)	
Contas correntes - Cooperativa		(12.846)	(25.651)	(12.846)	(25.651)	
Estoques		(77.749)	(111.155)	(75.859)	(22.524)	
Adiantamentos a fornecedores		(102.692)	101.497	(73.366)	(43.867)	
Tributos a recuperar		(27.679)	(22.870)	(26.548)	(17.912)	
Depósitos judiciais		22	(2.825)	22	(2.811)	
Outros créditos		(5.702)	3.942	(5.869)	4.208	
Fornecedores		57.717	52.014	60.023	56.150	
Salários e encargos sociais		2.319	1.007	2.058	349	
Tributos a recolher		(1.386)	1.639	(366)	287	
Adiantamentos de clientes		1.429	(73)	-	-	
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	20	(51.068)	(16.416)	(46.407)	(15.213)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.337)	(8.655)	-	(4.040)	
Fluxo de caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades operacionais		36.047	96.997	(174.826)	(765)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de novas empresas		-	-	-	(28.502)	
Outros investimentos		(1.094)	(284)	(1.093)	(150)	
Dividendos recebidos	16	7.269	-	44.265	83.492	
Aumento de capital social	16	-	-	(8.990)	-	
Aquisição de ativos biológicos	13	(51.798)	(12.648)	-	-	
Aquisição de imobilizado	18	(315.816)	(133.737)	(155.127)	(112.574)	
Aquisição de intangível		(1.515)	(1.888)	(1.515)	(1.888)	
Caixa e equivalentes de caixa recebido por incorporação	1.2	-	3.261	-	-	
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(362.954)	(145.296)	(122.460)	(59.622)	
Fluxo de caixa das atividades dos financiamentos						
Partes relacionadas		-	-	-	706	
Captação de empréstimos e financiamentos	20	546.666	552.558	484.556	550.483	
Liquidação de empréstimos e financiamentos	20	(229.228)	(270.675)	(214.645)	(265.782)	
Pagamento de passivo de arrendamento	17	(2.095)	(7.388)	(2.095)	(7.388)	
Lucros distribuídos		(16.000)	(29.556)	(16.000)	(29.548)	
Caixa e equivalente de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		299.343	244.939	251.816	248.471	
(Redução) aumento de caixa e equivalente de caixa, líquidos		(27.564)	196.640	(45.470)	188.084	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		9	268.590	71.950	258.792	70.708
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		9	241.026	268.590	213.322	258.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

As atividades compreendem as seguintes Empresas e operações:

Usina Cerradão S.A. (Controladora)

A sede da Usina Cerradão S.A. (“Companhia”) é na Fazenda Cerradão, localizada na Rodovia MG 255, km 30, no Município de Frutal, Estado de Minas Gerais. Fundada em 1º de junho de 2006, iniciou suas atividades industriais em 14 de julho de 2009. Atua na industrialização de cana-de-açúcar para fabricação, comércio e distribuição de açúcar, álcool e outros produtos e subprodutos derivados da cana-de-açúcar, podendo completamente dedicar-se à prestação de serviços de mão-de-obra, mecanização agrícola, transportes e armazenagem, à geração e comercialização de energia elétrica, à exportação e importação de produtos, insumos e equipamentos, enfim, à prática de todas as atividades diretamente relacionadas com o seu objeto social. A matéria prima consumida (cana de açúcar) é produzida pela empresa coligada Agrícola Cerradão Ltda. e fornecedores a preços definidos de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Vendas de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana).

O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

A Companhia é atualmente controlada pelas holdings JP Andrade Agropecuária Ltda. e Holding Queiroz de Queiroz Ltda

Em 2010, a Companhia associou-se ao quadro de cooperados da Coopersucar – Cooperativa de Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, sendo toda a sua produção de álcool e açúcar transferida para a sua comercialização.

Em setembro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade da participação no capital social da Bacuri Agrícola Ltda. motivada pela busca de um melhor posicionamento geográfico estratégico das atividades agrícolas.

1.1. RenovaBio - Cbios

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais e anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética do país.

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía 34.355 Cbios emitidos e ainda não comercializados (34.486 mil em 2021). Durante a safra, foram comercializados 60.682 mil Cbios totalizando R\$ 4.976 (87.063 mil Cbios, R\$ 3.867 em 2021), classificados na receita líquida (Nota 26). A Comercialização desses títulos ocorre através da Copersucar.

1.2. Incorporação da empresa Agrícola Cerradão Ltda.

Em 01 de janeiro de 2021, conforme deliberado em ata pela Ata de reunião da diretoria da empresa, foi aprovada a incorporação da Empresa Agrícola Cerradão Ltda. ("Agrícola Cerradão") pela Bacuri Agrícola Ltda., controlada direta da Empresa. Como resultado da incorporação a Agrícola Cerradão foi extinta de pleno direito e a Bacuri Agrícola Ltda. tornou-se sua sucessora. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação societária e de estrutura de faturamento da Companhia.

A aquisição da Bacuri Agrícola foi motivada pela busca de um melhor posicionamento geográfico estratégico das atividades agrícolas e a incorporação da Agrícola Cerradão por ela tem como objetivo a redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira das mesmas, proporcionando-se assim uma melhoria dos índices econômico-financeiros da empresa.

O patrimônio líquido da Agrícola Cerradão foi avaliado em 31 de dezembro de 2020, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 2.948, conforme laudo de avaliação para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo		Passivo e acervo líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	3.261	Fornecedores	30.549
Contas a receber de clientes	16.196	Empréstimos e financiamentos	45.156
Estoques	48.192	Salários e encargos sociais	1.156
Ativo Biológico	42.644	Adiantamentos de clientes	149.857
Adiantamentos a fornecedores	1.624	Tributos a recolher	136
Tributos a recuperar	755	Tributo diferido	2.666
Outros créditos	69	Provisões para contingências	114
Tributos a recuperar	1.795		
Depósitos judiciais	7		
Outros investimentos	73	Total dos passivos assumidos	229.634
Imobilizado	117.966		
Total dos ativos incorporados	232.582	Acervo líquido	2.948

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais incluem a consolidação das seguintes controladas, conforme participação destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado-País (Matriz)	Encerramento do exercício social		Participação acionária	
				2022	2021
				Direta	Direta
Bacuri Agrícola Ltda.	Frutal /MG-Brasil	31.03.2021	Controlada	99,53%	99,53%
Bioenergia Cerradão Ltda.	Frutal /MG-Brasil	31.03.2021	Controlada	99,99%	99,99%
Bioenergia Cerradão II Ltda.	Frutal /MG-Brasil	31.03.2021	Controlada	99,99%	99,99%
Levedura Cerradão Ltda.	Frutal/MG-Brasil	31.03.2021	Controlada	99,99%	99,99%
Bioenergia Bacuri Ltda.	Frutal /MG-Brasil	31.03.2021	Controlada	99,99%	99,99%
Bioenergia Boa Esperança Ltda.	Frutal /MG-Brasil	31.03.2021	Controlada	99,99%	99,99%

Bacuri Agrícola Ltda.

A controlada empresa Bacuri Agrícola Ltda. incorporou a empresa Agrícola Cerradão Ltda. em 01 de janeiro de 2021.

A controlada Bacuri Agrícola Ltda. é uma Sociedade Empresária Limitada que foi fundada em Jataí - GO na data de 04/12/2008. Atualmente a sede da empresa é na Fazenda Cerradão, município de Frutal-MG. As atividades da Empresa compreende basicamente a finalidade de produção agrícola, preponderantes a exploração da cultura de cana de açúcar, soja e amendoim, onde possui contratos de compra e venda de cana de açúcar com a parte relacionada Usina Cerradão S.A.. Agrícola Cerradão Ltda. foi Constituída em 1º de outubro de 2012 com o objetivo de assumir as atividades de produção de cana de açúcar destinadas à industrialização pela Usina Cerradão. A sede da empresa é na Fazenda Cerradão, localizada na rodovia MG 255, km 30, no Município e comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, CEP 38.200-000. Atua no cultivo de cana-de-açúcar, cultivo de soja e cultivo de amendoim e iniciou suas atividades em 01 de janeiro de 2013. A empresa é atualmente controlada pela Holding JP Andrade Agropecuária Ltda. E holding Queiroz de Queiroz Ltda.

O exercício social da controlada Bacuri Agrícola Ltda. tem início 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Durante a safra 21/22 a controlada Bacuri Agrícola Ltda. manteve sua área de produção de cana-de-açúcar de 15.058,97 hectares, com produção entregue de 855.537 toneladas de cana-de-açúcar. Na safra 22/23 estima uma produção de 1.313.298 toneladas de cana-de-açúcar.

Bioenergia Cerradão Ltda.

A sede da controlada Bioenergia Cerradão Ltda. é na Rodovia MG 255, km 30, município de Frutal-MG. Fundada em 2015, iniciou suas atividades industriais em 27 de agosto de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica e a venda de bagaço de cana-de-açúcar.

A controlada Bioenergia Cerradão Ltda. possui capacidade de geração de eletricidade de 55 MW de potência, considerando-se todas as instalações menos caldeira, está limitante a geração de eletricidade em 38 MW de potência, ampliando-se assim a capacidade nominal de geração de eletricidade para 320.000 MWh por ciclo, o que permite uma exportação de 222.000 MWh por ciclo, em 230 dias de moagem, sem considerar a possibilidade de geração na entressafra com outras biomassas além do bagaço de cana.

O exercício social da controlada Bioenergia Cerradão Ltda. tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Bioenergia II Cerradão Ltda.

A sede da controlada Bioenergia II Cerradão Ltda. é na Rodovia MG 255, km 30, município de Frutal-MG. Fundada em 2018, iniciou suas atividades industriais em 01 de junho de 2020 e tem como objeto social a geração de energia elétrica e a venda de bagaço de cana-de-açúcar.

A controlada Bioenergia II Cerradão Ltda. possui capacidade de geração de eletricidade de 40 MW de potência, considerando-se todas as instalações menos caldeira, está limitante a geração de eletricidade em 37 MW de potência, ampliando-se assim a capacidade nominal de geração de eletricidade para 200.000 MWh por ciclo, o que permite uma exportação de 180.000 MWh por

ciclo, em 230 dias de moagem, sem considerar a possibilidade de geração na entressafra com outras biomassas além do bagaço de cana.

O exercício social da controlada Bioenergia II Cerradão Ltda. tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Levedura Cerradão Ltda.

A sede da controlada Levedura Cerradão Ltda. é na Rodovia MG255, km 30, Sala da Fábrica de Levedura, município de Frutal-MG. Fundada em 2017 e tem como objeto social a Fabricação de fermentos e leveduras, com capacidade de produção de 20 toneladas por dia.

Bioenergia Bacuri Ltda.

A sede da controlada Bioenergia Bacuri Ltda. é na Rodovia MG255, km 30, Sala da casa de força C, município de Frutal-MG. Fundada em 2020, ainda não teve suas atividades industriais iniciadas e tem como objeto social a Geração de energia elétrica.

O exercício social da controlada Bioenergia Bacuri Ltda. tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Bioenergia Boa Esperança Ltda.

A sede da controlada Bioenergia Boa Esperança Ltda. é na Rodovia MG255, km 30, Sala da casa de força D, município de Frutal-MG. Fundada em 2021, ainda não teve suas atividades industriais iniciadas e tem como objeto social a Geração de energia elétrica.

O exercício social da controlada Bioenergia Bacuri Ltda. tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do comitê de pronunciamentos contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi autorizada pela Diretoria em 03 de julho de 2022. Após a sua emissão, somente os cotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 25.c** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.h.iii** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 25** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de cotistas não controladores

A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia e de suas controladas em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual através do qual a Companhia e suas controladas possuem controle compartilhado, onde a Companhia e suas controladas têm direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas; e
- Destaque do valor da participação dos cotistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza dos contratos com clientes, incluindo as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Açúcar, etanol	Toda produção de açúcar e etanol, é transferida para a Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, que por sua vez, assume o controle e comercialização dos produtos com terceiros. As faturas são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias.	A receita é reconhecida quando o controle dos produtos são transferidos para a Cooperativa.
Energia elétrica	A produção de energia elétrica ocorre mediante processamento cana para a produção de açúcar e etanol. A energia elétrica excedente é disponibilizada para a concessionária de energia elétrica. As faturas são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias.	A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês.
Levedura.	Os produtos de levedura, são proveniente de processos industriais na produção de açúcar e etanol. Os clientes obtêm o controle desses produtos quando são despachados do depósito do Grupo. As faturas são emitidas e a receita é reconhecida naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias.	A receita é reconhecida quando as mercadorias são despachadas dos depósitos das empresas.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Receita de juros;
- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.
- As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não está com redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que sofreram perda de valor recuperável após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com redução do valor recuperável de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta.

d. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Imposto de renda e contribuição social

Na Companhia e sua controlada Bacuri Agrícola o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% e 100% do lucro tributável anual respectivamente.

No caso das controladas Bioenergia Cerradão I Ltda., Bioenergia Cerradão II Ltda. Levedura Cerradão Ltda., Bioenergia Bacuri Ltda. e Bioenergia Boa Esperança Ltda., a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de leveduras e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se

aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g. Ativos intangíveis

(i) Software e outros

As licenças de *software e outros* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e outros e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares e outros* de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção e operação e são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Classe de imobilizado	Vidas úteis	
	Consolidado	Controladora
	18	18
Máquinas e equipamentos agrícolas	8	8
Veículos	35	35
Instalações	8	8
Movés e utensílios	5	5
Máquinas e equipamentos industriais	18	18

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

O estoque de Créditos de Descarbonização – CBIOS é reconhecido pelo seu valor justo.

j. Investimentos

O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há

evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo.

O investimento mantido na Copersucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas informações contábeis levantadas na mesma data base do Grupo conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

k. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é substancialmente decorrente da venda de açúcar, etanol e derivados de levedura é reconhecido inicialmente na data em que foi originado a transferência do controle dos produtos.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são

outros resultados abrangentes (VJORA) reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

(iv) *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vi) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vii) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos

embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia e sua controlada em conjunto designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia e sua controlada em conjunto também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia e suas controladas designam apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um

instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu

uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p. Provisão para ajuste do preço de cana

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia e suas controladas de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia e suas controladas, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

q. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

7.1 Mudanças nas principais políticas pronunciamentos contábeis

A Companhia e suas controladas não apuraram e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações financeiras das alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 06 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência.

7.2 Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia e suas controladas 1º de abril de 2022). A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 (no caso da Companhia

e suas controladas 1º de abril de 2022) para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia e suas controladas 1º de abril de 2023).

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06) 65 - Revisão anual das normas 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).66;
- Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas.

Não há outras normas, além das citadas acima, que ainda não entraram em vigor e que conforme entendimento atual da Administração, poderiam trazer impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	55.635	4.644	36.062	467
Certificados de depósitos bancários	185.391	263.946	177.260	258.325
	241.026	268.590	213.322	258.792

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor remunerados a taxa entre 70% e 103% (idêntico em 2021) do Certificado de depósito interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 30.

10 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
No país	-	-	-	-
Terceiros	36.634	23.539	11.809	7.109
Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	(1.029)	(1.029)	(77)	(77)
	35.605	22.510	11.732	7.032
Circulante	33.605	20.510	11.732	7.032
Não circulante	2.000	2.000	-	-

- (i) As perdas de créditos esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

	Consolidado			
	2021	Valores incorporados	Adições	2022
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.029)	-	-	(1.029)
	2020	Valores incorporados	Adições	2021
Provisão para perdas de crédito esperadas	(271)	(464)	(294)	(1.029)
	2021	Controladora Adições	2022	
Provisão para perdas de crédito esperadas	(77)	-	(77)	
	2020	Adições	2021	
Provisão para perdas de crédito esperadas	(77)	-	(77)	

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 30.

11 Contas correntes - Cooperativa

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Conta corrente – Cooperativa	25.365	12.519
	<u>25.365</u>	<u>12.519</u>

Correspondem às operações com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, decorrentes da comercialização de açúcar e etanol, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº. 66 de 05 de setembro de 1986.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas correntes-Cooperativa, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

12 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	15.378	6.348	15.248	6.070
Cbios	3.219	-	3.219	-
Custos a apropriar de entressafra (a)	72.828	34.989	72.828	34.989
Almoxarifado e outros	101.618	73.957	58.799	36.763
	<u>193.043</u>	<u>115.294</u>	<u>150.094</u>	<u>74.235</u>

	Consolidado e controladora		
	2021	Baixas	2022
Provisão para perda com estoques de baixa movimentação – Almoxarifado	(3.587)	-	(3.587)

	Consolidado e controladora		
	2020	Adições	2021
Provisão para perda com estoques de baixa movimentação - Almoxarifado	(2.630)	(957)	(3.587)

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

A provisão para perda com estoques é realizada quando há itens com mais de 2 anos sem movimentação.

Os produtos acabados referem-se a açúcar e etanol e estão à disposição da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo para comercialização, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº. 66 de 05 de setembro de 1986.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia e suas controladas, que são acumulados no

decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

a. Movimentação do custo de entressafra

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Saldo inicial	34.989	30.232
(+) Adições	72.828	34.989
(-) Baixas	(34.989)	(30.232)
	72.828	34.989

13 Ativos biológicos

	Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Lavouras de cana-de-açúcar	90.469	54.092
	90.469	54.092

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos cana-de-açúcar durante os períodos é a seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial		
Custo histórico	54.092	-
	54.092	-
Movimentação		
(+) Tratos culturais da cana-de-açúcar (i)	-	74.459
(+) Amortização de tratos culturais (i)	(50.564)	(31.815)
(+) Tratos culturais da cana-de-açúcar	51.798	12.648
(−) Variação no valor justo	35.143	(1.200)
	90.469	54.092
Saldo final		
Custo histórico	49.956	48.723
Valor justo	40.513	5.369
	90.469	54.092

(i) Os montantes incorporados da empresa Agrícola Cerradão Ltda. estão divulgadas na nota explicativa nº 1.2.

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e

- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

a. Lavoura de cana-de-açúcar

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui 16.521,47 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas no estado de Minas Gerais, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2022	2021
Área total estimada de colheita (ha)	16.521	15.059
Produtividade média (ton/ha)	79,49	79,42
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	137,74	143,00
Preço médio projetado de ATR	1,1792	0,7783

A taxa de descontos utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 6,61%.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Sazonalidade do ciclo de crescimento da cana-de-açúcar

O ativo biológico cana-de-açúcar requer em média intervalo de 12 meses após sua primeira colheita para regeneração, podendo ultrapassar 5 colheitas após plantio. Este ciclo sazonal é influenciado pelas condições climáticas, da eficiência no cultivo e tratos e nos cuidados no processo de colheita. A Companhia gerencia estes fatores, respeitando o período de entressafra, investindo na manutenção e renovação de seus canaviais. As receitas dos produtos derivados da industrialização da cana-de-açúcar são reconhecidas quando ocorrem, na administração de seus seus estoques produzidos durante a safra, não sofrendo impactos com a sazonalidade do ciclo da cana-de-açúcar.

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 9.884. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 7.891.

14 Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores diversos	99.247	15.659	86.561	14.111
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar (i)	123.092	103.987	97.440	103.976
Adiantamento a fornecedor de cana – partes relacionadas – nota 23	-	-	155.765	148.312
	222.338	119.646	339.765	266.399
Circulante	178.098	83.582	295.525	230.335
Não circulante	44.240	36.064	44.240	36.064

- (i) Os valores referentes aos adiantamentos a fornecedores diversos e de cana-de-açúcar serão realizados de acordo com os prazos a seguir:

Vencimentos	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Até 1 ano	178.098	83.582	295.525	230.335
De 1 a 2 anos	44.240	36.064	44.240	36.064

15 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	13.335	11.999	9.910	9.625
Programa de integração social - PIS (ii)	4.563	1.479	4.514	1.478
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	22.887	8.663	22.661	8.659
Programa de integração social - PIS (iii)	2.598	2.614	2.598	2.614
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (iii)	9.968	10.041	9.968	10.041
Imposto sobre produto industrializado - IPI	7.564	2.540	7.564	2.540
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS	108	841	-	369
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.783	846	1.698	769
	62.806	39.045	58.913	36.095
Circulante	37.057	14.842	36.437	14.195
Não circulante	25.749	24.203	22.476	21.900

- (i) Refere-se a créditos apurados nas operações de aquisições de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (ii) Oriundo de créditos de insumos industriais utilizados na fabricação de açúcar e etanol.

- (iii) Refere-se a créditos apurados nas operações de aquisições de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções orçamentárias e dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

16 Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

a. Composição dos investimentos

	Controladora	
	2022	2021
(i) Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:		
Bioenergia Cerradão Ltda.	32.273	32.942
Bioenergia Cerradão II Ltda.	64.602	28.106
Levedura Cerradão Ltda.	9.552	9.278
Bacuri Agrícola Ltda	120.323	22.412
Bioenergia Bacuri Ltda.	10	10
Bioenergia Boa Esperança Ltda.	9.000	10
Copersucar S.A. (ii)	<u>58.025</u>	<u>40.438</u>
Total	293.785	133.196

(i) Informações das investidas

	Bioenergia Cerradão Ltda	Bioenergia Cerradão II Ltda	Levedura Cerradão Ltda	Bacuri Agrícola Ltda	Bioenergia Bacuri Ltda	Bioenergia Boa Esperança Ltda
Saldos nas Controladas						
Ativos circulantes	2.286	22.072	3.084	185.825	10	9.000
Ativos não circulantes	30.482	79.556	6.843	190.728	-	-
Ativos totais	32.768	101.628	9.927	376.553	10	9.000
Passivos circulantes	262	6.593	197	198.496	-	-
Passivos não circulantes	-	30.426	176	55.791	-	-
Passivos totais	262	37.019	373	254.287	-	-
 Patrimônio líquido em 31 de março de 2022	 32.506	 64.609	 9.554	 122.266	 10	 9.000
Receitas	60.500	45.390	5.162	187.678	-	-
Resultado do exercício	32.061	37.500	3.774	99.748	-	-
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,53%	99,99%	99,99%
 Saldos na coligada	 Copersucar S/A					
Ativos circulantes	13.342.190					
Ativos não circulantes	3.295.805					
Ativos totais	16.637.995					
Passivos circulantes	7.904.237					
Passivos não circulantes	6.910.288					
Passivos totais	14.814.525					
Patrimônio líquido em 31 de março de 2022	1.823.470					
Receitas	74.883.461					
Resultado do exercício	781.117					
Participação %	3,18%					

Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos	Bioenergia Cerradão Ltda.	Bioenergia Cerradão II Ltda.	Levedura Cerradão Ltda.	Bacuri Agrícola Ltda.	Bio Bacuri Ltda.	Bio Boa Esperança Ltda.	Copersucar S/A.	Total
Saldo em 31 de março de 2020 – investimentos	32.893	27.168	7.584	-	-	-	31.124	98.769
Resultado da equivalência patrimonial	43.544	37.435	5.193	(6.090)	-	-	9.314	89.396
Distribuição de dividendos	(43.496)	(36.496)	(3.500)	-	-	-	-	(83.492)
Aumento de capital	-	-	-	28.502	10	10	-	28.522
Saldo em 31 de março de 2021 – investimentos	32.941	28.106	9.278	22.412	10	10	40.438	133.196
Resultado da equivalência patrimonial	31.828	37.496	3.774	97.911	-	-	24.856	195.865
Distribuição de dividendos	(32.496)	(1.000)	(3.500)	-	-	-	(7.269)	(44.265)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	8.990	-	8.990
Saldo em 31 de março de 2022 – investimentos	32.273	64.602	9.552	120.323	10	9.000	58.025	293.785

(ii) Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização e que inclui a Usina Cerradão S.A..

Atualmente, membros da Administração da Usina Cerradão S.A., através do direito de voto em bloco, representam a Companhia nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que a Companhia exerce influência significativa em sua administração.

17 Direto de uso e arrendamentos a pagar

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamento na condição de arrendatária, referente à imóveis.

A movimentação do direito de uso durante o período foi a seguinte:

	Consolidado e controladora
	Terras (iii)
Custo	
Em 31 de março de 2020	-
Adições (i)	128.719
Remensurações	6.408
Em 31 de março de 2021	135.127
Adições novos contratos	457
Baixa de contratos (ii)	(129.852)
Remensuração de contratos	1.959
Em 31 de março de 2022	7.691
Amortização:	
Em 31 de março de 2020	-
Amortização no exercício	(6.629)
Em 31 de março de 2021	(6.629)
Baixa de contratos	5.210
Amortizações	(2.281)
Em 31 de março de 2022	(3.700)
Valor residual líquido 2021	128.498
Valor residual líquido 2022	3.991
Taxa média de amortização	48,1%

- (i) Devido a incorporação da empresa Agrícola Cerradão Ltda. pela Controladas Bacuri Agrícola Ltda. conforme descrito na nota nº 1.2, os contratos de parcerias foram trazidos para o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.
- (ii) Durante o ano safra de 21-22 foram atualizados os contratos de parceria, proveniente da incorporação e dos direitos e deveres originados da Agrícola Cerradão, não se enquadrando mais nos critérios de aplicação do CPC 06.
- (iii) Os valores referentes ao direito de uso correspondem aos arrendamentos agrícolas da Companhia e sua controlada, sendo que os contratos de locação de máquinas e veículos são contratos com periodicidade inferiores a 12 meses ou de valores muito baixos, por tanto, não são obrigados a serem tratados como direito de uso

	Consolidado e Controladora
	Terras
Custo ou avaliação:	
Em 31 de março de 2020	-
Adições (i)	128.719
(-) Pagamentos	(7.388)
Juros – Nota 29	1.370
Remensurações	6.408
Em 31 de março de 2021	129.109
Adição de novos contratos	457
Baixa de contratos (ii)	(124.642)
Pagamentos	(2.095)
Atualização de juros	252
Remensuração de contratos	1.959
Em 31 de março de 2022	5.040
Circulante	2.298
Não circulante	2.742

Os saldos estimados de arrendamento e parceria agrícola a pagar tem a seguinte composição de vencimento:

	Valor futuro	Ajuste a valor presente	Valor presente
1 a 12 meses	2.482	(184)	2.298
13 a 24 meses	1.964	(154)	1.810
25 a 36 meses	443	(61)	382
37 a 48 meses	242	(42)	200
49 a 60 meses	141	(30)	111
A partir de 60 meses	409	(170)	239
	<u>5.681</u>	<u>(641)</u>	<u>5.040</u>

A taxa média de amortização dos contratos é de 6,98% a.a.

- (i) Devido a incorporação da empresa Agrícola Cerradão Ltda. pela Controladas Bacuri Agrícola Ltda. conforme descrito na nota nº 1.1, os contratos de parcerias foram trazidos para o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.
- (ii) Durante o ano safra de 21-22 foram atualizados os contratos de parceria, proveniente da incorporação e dos direitos e deveres originados da Agrícola Cerradão, não se enquadrando mais nos critérios de aplicação do CPC 06.

18 Imobilizado

a. Composição

Consolidado	Terrenos	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Instalações	Movés e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos industriais	Reformas e grandes reparos	Imobilizado em andamento (ii)	Planta portadora	Total
Custo											
Saldo em 31 de março de 2020	262	25.238	44.055	198.298	1.507	1.211	167.015	-	62.278	-	499.864
Aquisições	-	2.448	-	42	46	87	538	8.959	113.610	8.007	133.737
Baixas	-	(4.461)	(6.983)	(9.445)	-	-	(981)	-	(9.571)	-	(31.441)
Incorporação (i)	1.052	39.138	4.705	14.878	29	425	-	-	1.215	142.381	203.823
Transferências	-	10.217	6.204	56.687	23	16	-	15	(73.162)	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	1.314	72.580	47.981	260.460	1.605	1.739	166.572	8.974	94.370	150.388	805.983
Aquisições	-	1.307	-	23	38	172	303	-	217.368	96.606	315.816
Baixas	-	(1.330)	(3.566)	(3.772)	-	-	(928)	-	(1.204)	-	(10.800)
Transferências	-	4.137	9.037	42.051	-	2	3.182	-	(58.409)	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	1.314	76.694	53.452	298.762	1.643	1.913	169.129	8.974	252.125	246.994	1.111.000
Depreciação											
Saldo em 31 de março de 2020	-	(5.160)	(12.992)	(19.972)	(232)	(479)	(60.024)	-	-	-	(98.859)
Depreciações	-	(813)	(4.280)	(4.758)	(64)	(91)	(10.031)	(8.175)	-	-	(28.212)
Baixas	-	500	1.844	4.630	-	-	463	-	-	-	7.437
Incorporação (i)	-	(7.384)	(1.145)	(501)	-	(14)	-	-	-	(76.812)	(85.856)
Transferências	-	-	-	2.296	-	-	(2.296)	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	-	(12.857)	(16.573)	(18.305)	(296)	(584)	(71.888)	(8.175)	-	(76.812)	(205.490)
Depreciações	-	(1.803)	(5.542)	(9.044)	(73)	(133)	(11.945)	(26)	-	(43.758)	(72.324)
Baixas	-	-	840	-	-	-	373	-	-	-	1.213
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	-	(14.660)	(21.275)	(27.349)	(369)	(717)	(83.460)	(8.201)	-	(120.570)	(276.601)
Valor contábil líquido											
31 de março de 2021	1.314	59.723	31.408	242.155	1.309	1.155	94.684	799	94.370	73.576	600.493
31 de março de 2022	1.314	62.034	32.177	271.413	1.274	1.196	85.669	773	252.125	126.424	834.399

(i) Os montantes incorporados da empresa Agrícola Cerradão Ltda. estão divulgadas na nota explicativa nº 1.2.

Usina Cerradão S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2022

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Instalações	Movés e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos industriais	Reformas e grandes reparos	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Custo										
Saldo em 31 de março de 2020	262	25.194	44.667	143.221	1.490	1.211	141.842	8.959	60.736	427.582
Aquisições	-	2.441	-	38	46	82	538	-	109.429	112.574
Baixas	-	-	(6.883)	(9.445)	-	-	(2.424)	-	(5.775)	(24.527)
Transferências	-	6.781	5.592	62.628	22	16	(577)	15	(74.477)	-
Saldo em 31 de março de 2021	262	34.416	43.376	196.442	1.558	1.309	139.379	8.974	89.913	515.629
Aquisições	-	1.307	-	-	38	172	32	-	153.578	155.127
Baixas	-	(1.330)	(3.566)	(3.772)	-	-	(135)	-	(487)	(9.290)
Transferências	-	4.137	9.037	39.508	-	2	1.276	-	(53.960)	-
Saldo em 31 de março de 2022	262	38.530	48.847	232.178	1.596	1.483	140.552	8.974	189.044	661.466
Depreciação										
Saldo em 31 de março de 2020	-	(5.156)	(12.991)	(9.602)	(231)	(478)	(55.542)	(8.102)	-	(92.102)
Depreciações	-	(1.173)	(4.280)	(4.616)	(64)	(91)	(7.700)	(73)	-	(17.997)
Baixas	-	-	1.811	8	-	-	463	-	-	2.282
Transferências	-	2.293	-	-	-	-	(2.293)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	-	(4.036)	(15.460)	(14.210)	(295)	(569)	(65.072)	(8.175)	-	(107.817)
Depreciações	-	(1.803)	(5.350)	(7.156)	(71)	(121)	(7.324)	(26)	-	(21.851)
Baixas	-	-	840	-	-	-	205	-	-	1.045
Saldo em 31 de março de 2022	-	(5.839)	(19.970)	(21.366)	(366)	(690)	(72.191)	(8.201)	-	(128.623)
Valor contábil líquido										
31 de março de 2021	262	30.380	27.916	182.232	1.263	740	74.307	799	89.913	407.812
31 de março de 2022	262	32.691	28.877	210.812	1.230	793	68.361	773	189.044	532.843

(ii) Em 31 de março de 2022, as principais obras em andamento, apresentadas abaixo, estão relacionadas a construção de moenda, destilaria, caldeira e na cogeração de energia.

Garantia

Em 31 de março de 2022, parcela substancial dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados junto às instituições financeiras.

Grupo	Valor do grupo	Total de garantias	Percentual
Terras e propriedades agrícolas	262	262	100%
Equipamentos e instalações industriais	467.891	276.989	60%

Provisão para redução no valor recuperável

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2022, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

19 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
De matéria prima (i)	128.006	72.538	126.282	71.789
Diversos (ii)	72.177	69.928	48.626	43.796
Total	200.183	142.466	175.608	115.585
Circulante	187.463	128.534	162.888	101.653
Não circulante	12.720	13.932	12.720	13.932

- (i) O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).
- (ii) O saldo a pagar a fornecedores de bens e serviços e referem-se a compras de materiais, insumos, serviços e equipamentos.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 30.

20 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 30 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

a. Composição

				Consolidado	
				2022	2021
Capital de giro	CDI	7,12% a.a.	R\$	545.644	416.090
Finame	TJLP	De 3 a 10% a.a.	R\$	111.472	178.160
Mercado de capitais – Debêntures	(i) IPCA	12,95% a.a.	R\$	128.648	-
Bancos de Fomento / Repasse BNDES	TJLP	De 3,72 a 15% a.a.	R\$	143.549	-
				929.313	594.250
No passivo circulante				190.551	103.954
No passivo não circulante				738.762	490.296

				Controladora	
	Indexador	Taxa efetiva	Moeda	2022	2021
Moeda nacional					
Capital de giro	CDI	13,95 a.a.	R\$	550.206	416.090
Finame	TJLP	De 3 a 10% a.a.	R\$	64.125	135.446
Mercado de capitais – Debêntures	(i) IPCA	12,95% a.a.	R\$	128.648	-
Bancos de Fomento / Repasse BNDES	TJLP	De 3,72 a 15% a.a.	R\$	98.620	-
				837.037	551.536
Circulante				170.570	90.348
Não circulante				666.467	461.188

- (i) Em 09 de novembro de 2021, a Companhia realizou primeira emissão de debêntures (simples, com colocação privada, subscritas e integralizadas exclusivamente pelos debenturistas) no valor de R\$ 120.000. As debêntures têm remuneração contratual equivalente à variação da taxa do IPCA.

b. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores.

Modalidade de captação

Capital de giro
Finames
Mercado de capitais - Debêntures
Bancos de Fomento / Repasse BNDES

Garantias

Aval e Recebíveis Copersucar
Alienação fiduciária dos bens financiados e aval
Aval e Recebíveis Copersucar
Alienação fiduciária dos bens financiados

c. Vencimento da dívida

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Vencimentos nas safras				
Safra 23/24	217.324	102.312	202.850	94.016
Safra 24/25	123.742	35.054	112.048	28.587
Safra 25/26	92.349	18.213	82.054	12.928
Safra 26/27	74.033	11.570	66.220	10.479
Safra 27/28	63.928	11.570	56.269	10.479
Acima da safra 28/29	167.386	27.516	147.026	26.843
Total	738.762	490.296	666.467	461.188

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em 31 de março de 2022 e 2021:

Consolidado

Saldo em 31 de março de 2021	Liberações/ incorporação (i)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2022
594.250	546.666	(229.228)	(51.068)	68.693	929.313

Saldo em 31 de março de 2020	Liberações/ incorporação (i)	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2021
265.521	597.714	(270.675)	(16.416)	18.106	594.250

(i) Os montantes incorporados da empresa Agrícola Cerradão Ltda. estão divulgadas na nota explicativa nº 1.2.

Controladora

Saldo em 31 de março de 2021	Liberações	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2022
551.536	484.556	(214.645)	(46.407)	61.997	837.037

Saldo em 31 de março de 2020	Liberações	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Encargos financeiros	Saldo em 31 de março de 2021
265.064	550.483	(265.782)	(15.213)	16.984	551.536

d. Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia não possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

21 Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Salários a pagar	3.263	2.301	2.844	1.897
Férias e 13º salário a pagar	4.542	3.830	3.648	3.034
Encargos sobre folha de pagamento	3.132	3.034	2.654	2.391
Encargos sobre férias e 13º salário	1.679	1.132	1.357	1.123
	12.616	10.297	10.503	8.445

22 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e cíveis. A provisão para perdas foi constituída com base na opinião de seus assessores jurídicos que consideram provável ou mais que possível o risco de perdas com essas ações.

	Consolidado			
	2022			
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	1.072	(3.071)	(1.999)	-

Consolidado				
2021				
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	2.447	(3.093)	(646)	-
Controladora				
2022				
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	1.016	(3.064)	(2.048)	-
Controladora				
2021				
	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Passivo líquido	Depósitos judiciais sem provisões
Trabalhistas	1.016	(3.086)	(2.070)	-

Abaixo movimentação dos saldos das provisões de contingências e depósitos judiciais:

Consolidado				
	2021	Adições	Reversões	2022
Trabalhistas	2.447	-	(1.375)	1.072
Depósitos judiciais	3.093	-	(22)	3.071
Consolidado				
	2020	Adições	Reversões	2021
Trabalhistas	4.119	-	(1.672)	2.447
Depósitos judiciais	275	2.818	-	3.093
Controladora				
	2021	Adições	Reversões	2022
Trabalhistas	1.016	-	-	1.016
Depósitos judiciais	3.086	-	(22)	3.064

	Controladora			
	2020	Adições	Reversões	2021
Trabalhistas	4.119	-	(3.103)	1.016
Depósitos judiciais	275	2.811	-	3.086

Adicionalmente, a Companhia tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificado pela administração com possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída conforme detalhado a seguir:

Contingências	Natureza da ação	Consolidado e controladora	
		2022	2021
Trabalhistas	Questionamento em ações trabalhistas	5.045	4.310
Cível	Questionamento em ações cíveis	1.466	1.796
Constitucional	Questionamento em ações constitucionais	236	854
		6.748	6.960

23 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Saldos da controladora e do consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Adiantamentos a fornecedor de cana Bacuri Agrícola Ltda. (i)	155.765	148.312	-	-

- (i) Saldo referente a adiantamentos para compra de cana de açúcar para a fabricação de açúcar e etanol conforme contrato acordado entre as partes.

(ii) Transações significativas no resultado entre partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de produtos e serviços				
Levedura Cerradão Ltda.	762	1.065	-	-
Compra de produtos e serviços (i)				
Bacuri Agrícola Ltda.	(141.517)	(27.184)	-	-
Lucros distribuídos				
Bioenergia Cerradão Ltda	32.496	43.496	-	-
Bioenergia Cerradão II Ltda	1.000	36.496	-	-
Levedura Cerradão Ltda	3.500	3.500	-	-

- (i) Saldo referente a adiantamentos para compra de cana de açúcar para a fabricação de açúcar e etanol conforme contrato acordado entres as partes descontado o valor de CCT (Corte, Carregamento e Transporte), já que o mesmo é realizado pela Usina Cerradão S.A..

c. Honorários dos administradores

No exercício findo em 31 de março de 2022, os honorários dos administradores montaram a aproximadamente R\$ 1.409 (R\$ 1.361 em 31 de março de 2021).

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital está representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes aos seguintes acionistas residentes no país:

Acionistas	2022		2021	
JP Andrade Agropecuária Ltda.	74.031	60,00%	74.031	60,00%
Holding Queiroz de Queiroz Ltda.	28.662	23,23%	28.662	23,23%
Holding Q3 Ltda.	20.692	16,77%	20.692	16,77%
	<u>123.385</u>	<u>100%</u>	<u>123.385</u>	<u>100%</u>

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de subvenção

A Lei Complementar nº 160/2017 altera a redação da Lei nº 12.973/2014 e passa a considerar os incentivos e benefícios fiscais como “subvenções para investimento”, não sendo passíveis de inclusão em base de cálculo como receita ou faturamento.

Refere-se aos montantes oriundos de Crédito presumido do ICMS o qual é excluído da base de cálculo da apuração do IRPJ e CSLL. Tem a finalidade de aumento de capital da Companhia ou absorção de prejuízos.

A Companhia constitui "Reserva de Incentivos Fiscais" ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Companhia mantém controles para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

d. Reserva de lucros

Tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações, conforme deliberação dos sócios e do Estatuto Social da Companhia.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto por:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de *hedge* que ainda não foram incorridas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante a liquidação do instrumento.

f. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos dividendos. Os dividendos poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras anuais.

Abaixo demonstramos o calculo dos dividendos mínimos obrigatórios constituídos:

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado do exercício	135.731	100.886
Constituição de reserva de subvenção	(25.577)	(29.548)
Constituição de reserva legal	(5.508)	-
Dividendos minimos obrigatorios - 25%	<u>26.162</u>	<u>-</u>
Dividendos adicionais propostos	<u><u>78.484</u></u>	<u><u>-</u></u>

Durante o presente exercício social em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2021, a Companhia aprovou as demonstrações financeiras do ano anterior assim como em ato continuo aprovou a distribuição dividendos adicionais no valor total de R\$ 5.844, que foram pagos aos acionistas na proporção da participação no capital social.

25 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
(a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
IRPJ	19.195	16.723	19.172	16.723
CSLL	<u>11.555</u>	<u>10.109</u>	<u>11.390</u>	<u>10.109</u>
	<u>30.750</u>	<u>26.832</u>	<u>30.562</u>	<u>26.832</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
(b) IR/CS a recolher				
IRPJ	163	-	-	-
CSLL	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os registros contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – Consolidado	2020	Incorporação	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	2021	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	2022
Tributos diferidos ativos sobre:								
Prejuízos fiscais e base negativa	27.276	-	13.991	-	41.267	29.314	-	70.581
Reserva de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	22.447	22.447	-	8.041	30.488
Provisão para demandas judiciais	1.401	-	(607)	-	794	-	-	794
Clientes de liquidação duvidosa	-	-	283	-	283	-	-	283
Provisão para obsolescência dos estoques	1.605	-	(711)	-	894	-	-	894
	30.282	-	12.956	22.447	65.685	29.314	8.041	103.040
Tributos diferidos passivos sobre:								
Depreciação fiscal	(25.775)	(737)	(10.456)	-	(36.968)	(3.854)	-	(40.822)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	(2.232)	408	-	(1.824)	(11.949)	-	(13.773)
	(25.775)	(2.969)	(10.048)	-	(38.792)	(15.803)	-	(54.595)
Tributos diferidos (ativos) passivos, líquidos	4.507	(2.969)	2.908	22.447	26.893	13.511	8.041	48.445

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Controladora	2020	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	2021	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	2022
Tributos diferidos ativos sobre:							
Prejuízos fiscais e base negativa	27.276	13.991	-	41.267	29.314	-	70.581
Reserva de <i>hedge accounting</i>	-	-	22.447	22.447	-	8.041	30.488
Provisão para demandas judiciais	1.401	(1.055)	-	346	-	-	346
Clientes de liquidação duvidosa	-	26	-	26	-	-	26
Provisão para obsolescência dos estoques	1.605	(711)	-	894	-	-	894
	30.282	12.251	22.447	64.980	29.314	8.041	102.335
Tributos diferidos passivos sobre:							
Depreciação fiscal	(25.775)	(10.924)	-	(36.699)	(3.854)	-	(40.553)
	(25.775)	(10.924)	-	(36.699)	(3.854)	-	(40.553)
Tributos diferidos (ativos) passivos, líquidos	<u>4.507</u>	<u>1.327</u>	<u>22.447</u>	<u>28.281</u>	<u>25.460</u>	<u>8.041</u>	<u>61.782</u>

Os valores apresentados acima foram registrados considerando as estimativas de recuperação dos créditos tributários fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. A estimativa para realização dos tributos diferidos, considerando a compensação de 30% dos lucros, é de 5 anos.

A Companhia e suas controladas possui um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 390.591(465.643 2021). Desse montante não foi constituído tributos diferidos.

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	127.787	111.251	110.271	108.673
Equivalência patrimonial	(24.856)	(9.314)	(195.865)	(89.396)
	<u>102.931</u>	<u>101.937</u>	<u>(85.594)</u>	<u>19.277</u>
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%
	(34.997)	(34.659)	-	(6.554)
Reconciliação para taxa efetiva:				
Adições/Exclusões permanentes	27.471	15.193	-	(6.365)
Prejuízo fiscal e base negativa	20.618	-	20.618	-
Diferença depreciação	(3.854)	-	(3.854)	-
Incentivos fiscais (i)	8.696	5.132	8.696	5.132
Ajuste de cálculo de controladas tributada pelo presumido	4.033	4.064	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado - corrente	(3.493)	(13.178)	-	(9.114)
Imposto de renda e contribuição social no resultado - diferido	<u>13.511</u>	<u>2.908</u>	<u>25.460</u>	<u>1.327</u>
	10.018	(10.270)	25.460	(7.787)
Aliquota efetiva	<u>7,84%</u>	<u>(9,23%)</u>	<u>23,09%</u>	<u>(7,17%)</u>

- (i) Refere-se aos montantes oriundos de Crédito presumido do ICMS o qual é excluído da base de cálculo da apuração do IRPJ e CSLL. Tem a finalidade de aumento de capital da Companhia ou absorção de prejuízos.

26 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa 7 (b).

a. Fluxos da receita

A Companhia e suas controladas geram receita principalmente pela venda de açúcar e etanol e seus derivados e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	845.418	800.113	673.762	676.552
Impostos sobre vendas	(19.226)	(38.604)	(4.007)	(32.886)
	826.192	761.509	669.755	643.666

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta				
Mercado Interno				
Açúcar	158.472	132.093	158.472	132.093
Etanol	323.531	254.861	323.531	254.861
Energia elétrica (*)	117.643	115.320	7.291	7.079
Resultado com derivativos	(64.536)	(2.762)	(64.536)	(2.762)
Soqueira de cana	16.235	1.732	-	-
Soja	18.771	5.177	-	-
Cbíos	4.976	3.867	4.976	3.867
Amendoim	15.697	970	-	-
Creme de levedura	(14)	-	762	1.065
Serviços Prestados	4.910	79	(11)	-
Levedura	3.414	2.431	-	-
Cana de açúcar	1.041	-	-	-
Outras vendas	1.291	848	1.291	843
	601.431	514.616	431.776	397.046
Mercado Externo				
Açúcar	224.932	265.459	224.932	265.459
Etanol	17.054	14.046	17.054	14.046
Levedura	2.001	5.992	-	-
	243.987	285.497	241.986	279.505
(+) Benefício subvenção (Nota 24.b)	25.577	15.093	25.577	15.093
Tributos sobre as vendas	(44.802)	(53.697)	(29.584)	(47.978)
	826.192	761.509	669.755	643.666

(*) Receita de energia por tipo de contrato:

	Consolidado	
	2022	2021
Mercado regulado	3.701	-
Mercado livre	113.942	115.320
	117.643	115.320

Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Mercado regulado	13,310	278,06	IPCA	Janeiro
Mercado Livre	392,326	290,426	IPCA	Abril

27 Custos e despesas por natureza

a. Custo do produto vendido

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Matéria prima	(468.866)	(374.963)	(562.949)	(399.771)
Mão de obra	(32.056)	(46.349)	(17.070)	(43.141)
Serviços de terceiros	(40.593)	(22.616)	(10.834)	(13.886)
Combustíveis e insumos	(58.032)	(77.562)	(24.690)	(61.544)
Depreciação e amortização	(13.624)	(22.185)	(6.910)	(17.769)
Outros	(11.226)	(5.748)	(11.133)	(5.610)
Alugéis	(633)	-	-	-
	(625.030)	(549.423)	(633.586)	(541.721)

b. Despesas comerciais, gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(24.463)	(24.867)	(24.061)	(24.551)
Serviços terceiros	(17.852)	(12.270)	(15.725)	(11.540)
Manutenções	(13.163)	(729)	(11.984)	(728)
Diversas	(9.306)	(4.639)	(8.950)	(4.559)
Fretes e diferencial logístico	(8.245)	(26.640)	(8.245)	(26.640)
Energia elétrica	(2.669)	(3.781)	(2.669)	(3.781)
Aluguéis	(2.525)	(1.372)	(2.180)	(1.359)
Taxas Diversas	(1.231)	(961)	(419)	(548)
Uso e consumo	(902)	(1.335)	(903)	(1.334)
Combustíveis e insumos	(542)	(193)	(543)	(133)
Viagens e estadias	(466)	(486)	(406)	(479)
Custos portuários	(425)	(1.207)	(425)	(1.207)
Comunicação	(316)	(625)	(316)	(625)
Informática	(106)	(197)	(106)	(197)
Veículos	(90)	(350)	(90)	(350)
	(82.301)	(79.652)	(77.022)	(78.031)
Despesas comerciais	(20.187)	(27.847)	(20.187)	(27.847)
Despesas gerais e administrativas	(62.114)	(51.805)	(56.835)	(50.184)
	(82.301)	(79.652)	(77.022)	(78.031)

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS	3.466	4.937	3.466	4.937
Crédito extemporâneo – IRPJ e CSLL	-	4.280	-	5.206
Indenização de seguros	123	1.084	123	1.066
Recuperação de custos e despesas	153	-	147	-
Receita na venda de bens do ativo imobilizado	3.924	7.509	2.833	6.250
Ganhos (perdas) inventário	393	-	-	-
Dividendos	3.852	-	3.848	-
Cbrios	3.219	-	3.218	-
Outros	9	1.324	-	1.612
Total de outras receitas	15.139	19.134	13.635	19.071
Perdão de créditos (i)	-	(22.929)	-	-
Custo nas baixas de bens do ativo imobilizado	(2.553)	(7.963)	(1.928)	(6.063)
Reversão de provisões para demandas judiciais	1.376	4.802	-	3.103
(-) Provisão para perda com estoques	-	(956)	-	(956)
Outros	(1.295)	-	(103)	-
Total de outras despesas	(2.472)	(27.046)	(2.031)	(3.916)
	12.668	(7.912)	11.604	15.155

- (i) Refere-se a quitação parcial em relação a baixa no montante de R\$22.929, permanecendo entre a Empresa e a UVP o saldo de dívida total e máximo no valor de R\$2.000 que as Partes envolvidas se comprometem a manter junto aos registros contábeis até o prazo máximo previsto na cláusula 7.6. do Contrato primitivo.

29 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	449	87	219	64
Juros ativos	460	502	316	368
Rendimentos aplic. financeiras	7.008	516	6.950	512
Variação cambial	72	-	34	-
Juros sobre capital próprio	1.093	-	1.093	-
Cashback	139	-	138	-
	9.221	1.105	8.750	944
Despesas financeiras				
I.O.F.	(1.137)	(433)	(883)	(433)
Despesas bancárias	(1.914)	(1.654)	(1.386)	(1.400)
Juros s/ financiamentos	(68.693)	(18.482)	(61.997)	(16.984)
Variação cambial	(5)	-	(2)	-
Juros e multas	(891)	(1.389)	(507)	(1.387)
Juros hedge accounting	-	(532)	-	(532)
Descontos concedidos	(3)	-	(2)	-
Análise de créditos/fianças	(318)	-	(318)	-
	(72.962)	(22.490)	(65.095)	(20.736)
	(63.741)	(21.385)	(56.345)	(19.792)

30 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado

		Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2022		Nota						
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	55.635	-	55.635	-	-	-
Aplicações financeiras	9	185.391	-	-	185.391	-	185.391	-
Contas a receber de clientes	10	-	35.605	-	35.605	-	-	-
Contas correntes – Cooperativa	11	-	25.365	-	25.365	-	-	-
Outros investimentos		-	1.443	-	1.443	-	1.443	-
Total		185.391	118.048	-	303.439	-	186.834	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	200.183	200.183	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	929.313	929.313	-	929.313	-
Instrumentos financeiros derivativos passivo		91.155	-	-	91.155	-	91.155	-
Total		91.155	-	1.129.496	1.220.651	-	1.020.468	-

Usina Cerradão S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2022*

		Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2021		Nota						
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	4.644	-	4.644	-	-	-
Aplicações financeiras	9	263.946	-	-	263.946	-	263.946	-
Contas a receber de clientes	10	-	22.510	-	22.510	-	-	-
Contas correntes - Cooperativa	11	-	12.519	-	12.519	-	-	-
Outros investimentos		-	349	-	349	-	349	-
Outros créditos		-	1.540	-	1.540	-	1.540	-
Total		263.946	41.562	-	305.508	-	265.835	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	142.466	142.466	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	594.250	594.250	-	594.250	-
Instrumentos financeiros derivativos passivo		66.556	-	-	66.556	-	66.556	-
Total		66.556	-	736.716	803.272	-	660.806	-

Controladora

Valor contábil						Valor justo		
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2022								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	36.062	-	36.062	-	-	-
Aplicações financeiras	9	177.260	-	-	177.260	-	177.260	-
Contas a receber de clientes	10	-	11.732	-	11.732	-	-	-
Contas correntes – Cooperativa	11	-	25.365	-	25.365	-	-	-
Outros investimentos		-	1.381	-	1.38	-	1.381	-
Total		177.260	74.450	-	251.710	-	178.551	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	175.608	175.608	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	837.037	837.037	-	837.037	-
Instrumentos financeiros derivativos passivo		91.155	-	-	91.155	-	91.155	-
Total		91.155	-	1.012.645	1.103.800	-	928.192	-

Usina Cerradão S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2022*

		Valor contábil				Valor justo		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2021								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	467	-	467	-	-	-
Aplicações financeiras	9	258.325	-	-	258.325	-	258.325	-
Contas a receber de clientes	10	-	7.032	-	7.032	-	-	-
Contas correntes – Cooperativa	11	-	12.519	-	12.519	-	-	-
Outros investimentos		-	288	-	288	-	288	-
Outros créditos		-	1.336	-	1.336	-	1.336	-
Total		258.325	21.642	-	279.967	-	259.949	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	19	-	-	115.585	115.585	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	551.536	551.536	-	551.536	-
Instrumentos financeiros derivativos passivo		66.556	-	-	66.556	-	66.556	-
Total		66.556	-	667.121	733.677	-	618.092	-

Valor justo dos passivos bancários

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se equipara ao valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada em taxas de mercado para operações similares firmadas ou cotadas em data próxima do encerramento do exercício.

b. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia e suas controladas.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Companhia e suas controladas possuem uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Alta Administração, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de estrutura de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de taxa de juros

Os ativos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelas aplicações financeiras, as quais, por serem efetuadas em taxas de mercado (atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI), não estão sujeitas a riscos variáveis ou a riscos de perdas pelo custo de oportunidade.

Os passivos financeiros sobre os quais incidem juros são representados, substancialmente, pelos empréstimos e financiamentos, os quais, quando sujeitos a taxa de juros pré-fixadas, estão sujeitos ao risco de taxa de juros pelo custo de oportunidade nas situações de tendência de queda nas taxas de juros do mercado.

Também faz parte das atividades de gestão da tesouraria a máxima utilização do limite disponível de captação de empréstimos incentivados (custeio agrícola, finames, entre outros), que possuem taxas mais competitivas. Na medida do possível, quando taxas mais competitivas são observadas no mercado, a Companhia e suas controladas procuram renegociar seus passivos, desde que isso não implique em custos com multas pela liquidação antecipada de contratos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e suas controladas de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos realizados com as instituições financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Esta trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos, de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e, quando considera necessário, contrata instrumentos de proteção negociados nas bolsas de valores nacionais e internacionais.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, conforme quadros:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que a Companhia e suas controladas podem incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

		Consolidado	
Ativos financeiros	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	9	241.026	268.590
Contas a receber	10	35.605	22.510
Contas correntes – Cooperativa	11	25.365	12.519
		301.996	292.640
		Controladora	
Ativos financeiros	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	9	213.322	258.792
Contas a receber	10	11.732	7.032
Contas correntes – Cooperativa	11	25.365	12.519
		250.419	267.161

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela acima representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2022 e 2021.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 213.322 e R\$ 241.026, respectivamente em 31 de março de 2022 (R\$ 258.792 e R\$ 268.590 em 31 de março de 2021).

Contas a receber e outras contas a receber

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras.

A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	24.764	14.779	8.781	4.490
Vencidos				
De 0 a 30 dias	898	1.331	223	110
De 31 a 90 dias	3.472	448	490	91
De 91 a 180 dias	1.403	2.570	251	59
De 181 a 360 dias	6.096	1.534	2.150	712
Acima de 361 dias	-	2.877	-	1.647
	<u>36.633</u>	<u>23.539</u>	<u>11.895</u>	<u>7.109</u>

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia e suas controladas tem como política de escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia e suas controladas realizam o arrasto da carteira.

Contas correntes - Cooperativa

Toda a receita de venda de produtos açúcar e etanol da Companhia e suas controladas é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia Usina Cerradão S.A. entrega toda a sua produção de açúcar e etanol. A Cooperativa, por sua vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de recebimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas poderam encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez são de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação a Companhia e suas controladas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado						
31 de março de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	200.183	200.183	187.463	12.720	-	-
Financiamentos e empréstimos	929.313	1.153.205	308.167	286.122	355.924	202.992
Instrumentos financeiros derivativos	91.155	91.155	49.820	41.335	-	-

Consolidado						
31 de março de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	142.466	142.466	142.466	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	594.250	717.488	146.257	324.760	185.772	60.699
Instrumentos financeiros derivativos	66.556	66.556	19.872	46.684	-	-

Controladora						
31 de março de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	175.608	175.608	162.888	12.720	-	-
Financiamentos e empréstimos	837.037	1.006.251	280.079	256.795	304.711	164.666
Instrumentos financeiros derivativos	91.155	91.155	49.820	41.335	-	-

Controladora						
31 de março de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa Contratual	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	115.585	115.585	115.585	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	551.536	652.956	118.419	314.440	162.181	57.916
Instrumentos financeiros derivativos	66.556	66.556	19.872	46.684	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de garantir sua exposição a mudanças na taxa de juros seja com base em uma taxa fixa.

Exposição ao risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de taxa de juros fixadas, principalmente no que tange as operações de empréstimos e financiamentos. A administração considerou como riscos significativos as operações indexadas às taxas CDI.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de março de 2022.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

Consolidado					Cenário I (25%)			
Saldo em 31/03/2022					Incremento		Deterioração	
Aplicações financeiras					Taxa		Taxa	
Aplicações financeiras	12,5%	185.391	12,5%	23.174	15,63%	28.967	-9,38%	17.380
Empréstimos e financiamentos					Taxa		Taxa	
Empréstimos e financiamentos	12,5%	(929.313)	12,5%	(116.164)	15,63%	(145.205)	-9,38%	(87.123)
Efeito Líquido		(743.922)		(92.990)		(116.238)		(69.743)

		Consolidado			Cenário II (50%)			
		Saldo em 31/03/2022			Incremento		Deterioração	
		Taxa			Taxa		Taxa	
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	12,5%	185.391	12,5%	23.174	18,75%	34.761	-6,25%	11.587
Empréstimos e financiamentos								
Empréstimos e financiamentos	12,5%	(929.313)	12,5%	(116.164)	18,75%	(174.246)	-6,25%	(58.082)
Efeito Líquido		(743.922)		(92.990)		(139.485)		(46.495)

		Controladora			Cenário I (25%)			
		Saldo em 31/03/2022			Incremento		Deterioração	
		Taxa			Taxa		Taxa	
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	12,5%	177.260	12,5%	22.157	15,63%	27.697	-9,38%	16.618
Empréstimos e financiamentos								
Empréstimos e financiamentos	12,5%	(837.037)	12,5%	(104.630)	15,63%	(130.787)	-9,38%	(78.472)
Efeito Líquido		(659.777)		(82.472)		(103.090)		(61.854)

		Controladora			Cenário II (50%)			
		Saldo em 31/03/2022			Incremento		Deterioração	
		Taxa			Taxa		Taxa	
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	12,5%	177.260	12,5%	22.157	18,75%	33.236	-6,25%	11.079
Empréstimos e financiamentos								
Empréstimos e financiamentos	12,5%	(837.037)	12,5%	(104.630)	18,75%	(156.944)	-6,25%	(52.315)
Efeito Líquido		(659.777)		(82.472)		(123.708)		(41.236)

As informações utilizadas para a apuração das análises de sensibilidade apresentadas acima, foram obtidas juntos as fontes externas de mercado, como B3 e *Bloomberg*.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como, taxas de juros pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas. A moeda funcional da Companhia e suas controladas é basicamente o Real (R\$).

Em geral, a Companhia e suas controladas protegem (*hedges*) sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras. A Companhia e suas controladas utilizam contratos futuros para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.

Exposição ao risco cambial

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição de risco cambial da Companhia e suas controladas, estão demonstrados nos quadros a seguir, pelos montantes de principal (*nocional*) em R\$

Na data das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a composição dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de risco da variação cambial do dólar e seus respectivos saldos de valor justo era:

		Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Exposição em dólar – Ativa	Nota				
<i>Non-Deliverable Forward (NDF)</i>		44.847	3.170	44.847	3.170
Total		44.847	3.170	44.847	3.170
		Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Exposição em dólar - Passiva					
<i>Non-Deliverable Forward (NDF)</i>		1.395	60.021	1.395	60.021
Total		1.395	60.021	1.395	60.021

Análise de sensibilidade ao risco cambial

Uma apreciação (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD contra todas as outras moedas em 31 de março de 2022 teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Os dois cenários adotados pela administração refletem as projeções de mercado para a variação cambial do dólar, esperada para o próximo exercício, considerando o vencimento de cada operação. Para os cenários de alta foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários, alta e baixa:

Consolidado e Controladora					
Cenários	Cenário provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
	R\$ 4,7378	R\$ 5,9223	R\$ 7,1067	R\$ 3,5500	R\$ 2,3700
Ativos financeiros					
<i>Non-Deliverable Forward (NDF)</i>	44.847	53.119	106.239	(53.270)	(106.190)
Passivos					
<i>Non-Deliverable Forward (NDF)</i>	(1.395)	1.652	3.304	(1.656)	(3.304)
Efeito líquido	43.453	54.771	109.542	(54.926)	(109.493)

Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nas despesas da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e quando considera necessário, contrata instrumentos de proteção negociados nas bolsas de valores nacionais e internacionais.

Futuros de commodities				
Consolidado e controladora em 31 e março de 2022				
	Valor de referência (lbs)	De 01 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Posições Ativas				
Futuros de <i>commodities</i> - açúcar	101.696	22.400	79.296	3.651
Posições Passivas				
Futuros de <i>commodities</i> - açúcar	358.288	156.800	201.488	72.171

Análise de sensibilidade dos preços de commodities

A administração adotou como cenário provável as curvas de mercado futuro de açúcar e de etanol em 31 de março de 2022, as mesmas utilizadas para determinar o saldo do valor justo dos derivativos na data. Para os cenários de alta foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as curvas utilizadas no cenário provável e para os cenários de baixa foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as curvas utilizadas no cenário provável.

Controladora e Consolidado					
Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
Ativos financeiros	0,1949	0,2436	0,2924	0,1462	0,0975
Futuros de <i>commodities</i> - açúcar	101.696	4.955	9.910	(4.955)	(9.910)
Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
Passivos financeiros	0,1949	0,2436	0,2924	0,1462	0,0975
Futuros de <i>commodities</i> - açúcar	358.288	(17.458)	(34.915)	17.458	34.915

Derivativos designados como hedges de fluxo de caixa (Hedge accounting)

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Usina Cerradão S.A.. administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2020, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos e derivativos para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com objetivo de se proteger a volatilidade das receitas de suas exportações de açúcar e etanol em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio e nos preços de açúcar.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizada como altamente provável, de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD versus BRL e o risco de mudanças de preços do açúcar, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como *NDF (Non-Deliverable Forward)*, em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Composição dos Instrumentos financeiros designados para contabilização de *hedge* de fluxo de caixa e *budget* de receitas de exportações.

Ano previsto	<u>Item de hedge</u>	<u>Instrumento de hedge em USD (mil)</u>	
	<i>Budget em USD (mil)</i>	Principal	Valor Justo
SF 22/23	132.370	41.434	20.783
SF 23/24	150.973	1.622	648
SF 24/25	90.474	3.187	1.204
Total	374.217	46.243	22.635

Ano previsto	<u>Item de hedge</u>	<u>Instrumento de hedge em Libras (mil)</u>	
	<i>Budget em Açúcar (libras)</i>	Principal	Valor Justo
SF 22/23	654.510	260.848	29.677
SF 23/24	806.759	252.784	42.181
SF 24/25	668.425	64.288	(3.339)
Total	2.129.694	577.920	68.519

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros designados para contabilidade de hedge
Seguem a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no
resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros
designados como instrumento de *hedge*.

Operação	<u>Efeito contábil - Instrumento de hedge</u>			<u>Saldo final em</u>
	<u>Saldo final em 31 de março de 2021</u>	<u>Não realizado</u>	<u>Realizado</u>	<u>31 de março de 2022</u>
Derivativos	(66.024)	(89.667)	64.536	91.155
Total hedge accounting	(66.024)	(89.667)	64.536	91.155
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	16.506	22.419	(16.134)	(22.789)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	5.942	8.070	(5.808)	(8.204)
Total IRPJ e CSLL	22.447	30.488	(21.942)	30.993
Total líquido	(43.578)	(59.178)	42.594	(60.162)

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados nos exercícios findos
31 de março de 2022 e 2021 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido:

	<u>Consolidado e controladora</u>	
	2022	2021
Receitas operacionais líquidas (Nota explicativa nº 26)		
<i>Termo de commodities</i>	(64.536)	(2.762)

c. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e suas controladas para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da controladora e consolidado:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
Capital de terceiros				
Total do passivo	1.269.262	948.543	1.147.128	873.220
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(241.026)	(268.590)	(213.322)	(258.792)
(=) Passivo líquido (A)	1.028.236	679.953	933.806	614.428
Total do patrimônio líquido	592.342	513.391	590.268	513.283
Total do capital (B)	1.620.578	1.193.345	1.524.074	1.127.712
Índice de alavancagem financeira (A/B)	63%	57%	61%	54%

31 Compromissos assumidos

(i) Compromisso de fornecimento de açúcar e etanol

A Companhia possui contrato de fornecimento de etanol junto a Cooperativa dos produtores de cana de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondente ao contrato firmado pela Cooperativa dos produtores de açúcar e álcool do Estado de São Paulo junto à Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ para os mercados interno e externo.

(ii) Contratos de venda futura de energia elétrica

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas mantém contratos firmados para fornecimento de energia de 2.737.124 MWh, sendo 377.927 até a safra 2022/23 e 2.359.197 MWh até a safra 2049/50, corrigidos pelo IPCA.

(iii) Contratos de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar para sua unidade localizada em Frutal-MG, com fornecedores terceiros e com a parte relacionada Bacuri Agrícola Ltda. para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA. O volume comprometido pela Companhia é de aproximadamente 3.750.000 toneladas de cana para a próxima safra, sendo 1.319.250 da parte relacionada Bacuri Agrícola Ltda. e 2.430.750 de fornecedores.

32 Evento subsequente

A Companhia em 04 de maio de 2022, celebrou o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Para Colocação Privada da Usina Cerradão S.A.” (“Escritura”), estabelecendo a emissão de 200.000 (duzentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais). A emissão dessa debênture insere-se no contexto de uma operação de securitização de créditos do agronegócio, que resultará na 162ª (centésima sexagésima segunda) emissão, em série única, de certificados de recebíveis do agronegócio da Securitizadora (“CRA”), aos quais os Créditos do Agronegócio serão vinculados como lastro (“Operação de Securitização”).

* * *

Composição da Diretoria **Diretoria**

José Pedro Andrade
Florêncio Queiroz Neto

Contador

Renato Alberto Paula do Carmo
CRC/MG nº 098748/O-2